

CONCORRÊNCIA BINACIONAL EF 0171-18
LICITACIÓN PÚBLICA BINACIONAL EF 0171-18**SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA****SERVICIOS DE AUDITORÍA EXTERNA****ADITAMENTO 1****ADITIVO 1**

l) Em conformidade com o disposto no subitem 1.4.1 do Caderno de Bases e Condições (CBC) da Concorrência Binacional EF 0171-18, a ITAIPU responde perguntas formuladas por interessadas na presente licitação:

l) De conformidad a lo dispuesto en el sub-ítem 1.4.1 del Pliego de Bases y Condiciones (PBC) de la Licitación Pública Binacional EF 0171-18, la ITAIPU responde preguntas formuladas por interesadas en la presente licitación:

PERGUNTA 1

“Observamos na leitura da Minuta de Contrato o compromisso da licitante em atender o sigilo e confidencialidade das informações. Considerando que o compromisso em questão não pode ser firmado em caráter *“ad perpetum”* é usual a definição de um prazo fixo de confidencialidade. Assim sendo, entendemos que será adotado, como referência o período usualmente utilizado nos contratos de 05 (cinco) ou 10 (dez) anos. Está correto o nosso entendimento?”

PREGUNTA 1

Observamos, a partir de la lectura de la Minuta de Contrato, el compromiso del oferente en cumplir con el sigilo y confidencialidad de las informaciones. Considerando que el compromiso en cuestión no puede ser firmado en carácter *“ad perpetum”*, es usual la definición de un plazo fijo de confidencialidad. Siendo así, entendemos que será adoptado como referencia, el periodo usualmente utilizado en contratos de 5 (cinco) o 10 (diez) años. ¿Está correcta nuestra interpretación?”

RESPOSTA

Entendimento incorreto. A Cláusula 14 da Minuta de Contrato (Anexo VII do Caderno de Bases e Condições - CBC) especifica que a responsabilidade pelo dever de confidencialidade se estende por prazo indeterminado.

RESPUESTA

Entendimiento incorrecto. La Cláusula 14 de la Minuta de Contrato (Anexo VII del Pliego de Bases y Condiciones - PBC) especifica que la responsabilidad por el deber de confidencialidad se extiende por plazo indeterminado.

PERGUNTA 2

“Considerando ainda, as disposições relativas ao compromisso de confidencialidade o Edital e a Minuta de Contrato deixaram de mencionarem as hipóteses de exceções das obrigações de sigilo e confidencialidade, entendemos como excludentes de responsabilidade das obrigações a serem cumpridas pelos profissionais, tais como: (i) as informações que estiverem ou se tornarem disponíveis publicamente sem que haja violação do Contrato; (ii) as informações que possam ser comprovadas através de documentação como tendo sido do conhecimento do contratado antes da divulgação pela Contratante; (iii) as informações recebidas licitamente através de terceiros; e (iv) as informações reveladas por exigência de ordem judicial e/ou por órgãos governamental e/ou regulatório. Está correto o

PREGUNTA 2

Considerando además las disposiciones relativas al compromiso de confidencialidad, el PBC y la Minuta de Contrato no mencionan las hipótesis de excepciones de las obligaciones de sigilo y confidencialidad, entendemos como excluyentes de responsabilidad de las obligaciones a ser cumplidas por los profesionales, tales como:

(i) las informaciones que estén o se tornen disponibles públicamente sin que haya violación del Contrato; (ii) las informaciones que puedan ser comprobadas a través de documentación como habiendo sido conocidas por el CONTRATISTA antes de la divulgación por la Contratante; (iii) las informaciones recibidas lícitamente a través de terceros; (iv) las informaciones reveladas por exigencia de orden judicial y/o por órganos gubernamentales y/o regulatorio. ¿Está correcta

nosso entendimento?”

RESPOSTA

(i) Entendimento incorreto. Não há ressalva nesse sentido no Capítulo VII da Minuta de Contrato (Anexo VII do Caderno de Bases e Condições - CBC).

(ii) Entendimento incorreto. Não há ressalva nesse sentido no Capítulo VII da Minuta de Contrato (Anexo VII do CBC).

(iii) Entendimento incorreto. Não há ressalva nesse sentido no Capítulo VII da Minuta de Contrato (Anexo VII do CBC).

(iv) Entendimento incorreto. Não há ressalva nesse sentido no Capítulo VII da Minuta de Contrato (Anexo VII do CBC).

PERGUNTA 3

“Observamos na leitura do edital que na hipótese de participação na forma de Consórcio tendo como líder uma empresa brasileira deverá ser apresentado instrumento de Compromisso de Constituição de Consórcio, com outorga de poderes para representação administrativa e judicial pela empresa consorciada paraguaia; desse modo, leva-nos ao entendimento que exclui a necessidade de procuração da empresa integrante do Consórcio de nacionalidade paraguaia à empresa líder do consórcio de nacionalidade brasileira. Está correto o nosso entendimento?”

RESPOSTA

Entendimento correto.

PERGUNTA 4

“Observamos na leitura do edital que se faz necessário que sejam informados detalhes acerca da remuneração de pessoal dos profissionais alocados no projeto. Considerando que questões salariais são tratadas por muitas empresas de forma confidencial, vez que são informações pertinentes aos interesses da empresa e seus profissionais. Informações desta natureza são de interesse particular, não podendo o empregador fazer tal divulgação a terceiros sem violar direito constitucionalmente assegurado aos empregados. Os comprovantes de pagamento são documentos pessoais dos empregados e não pertencem ao empregador, que apenas produz o documento para fins de “prestar contas” acerca da remuneração, direitos adimplidos e descontos aplicados. Os empregados por sua vez, têm direito de informar o valor recebido para comprovarem renda perante terceiros, mas o

nuestra interpretación?”

RESPUESTA

(i) Entendimiento incorrecto. No hay salvedad en este sentido en el Capítulo VII de la Minuta de Contrato (Anexo VII del Pliego de Bases y Condiciones - PBC).

(ii) Entendimiento incorrecto. No hay salvedad en ese sentido en el Capítulo VII de la Minuta de Contrato (Anexo VII del PBC).

(iii) Entendimiento incorrecto. No hay salvedad en ese sentido en el Capítulo VII de la Minuta de Contrato (Anexo VII del PBC).

(iv) Entendimiento incorrecto. No hay salvedad en ese sentido en el Capítulo VII de la Minuta de Contrato (Anexo VII del PBC).

PREGUNTA 3

Observamos en la lectura del PBC que en la hipótesis de participación en la forma de Consorcio teniendo como líder una empresa brasileña deberá presentarse un instrumento de Compromiso de Constitución de Consorcio, con otorgamiento de poderes para representación administrativa y judicial por la empresa consorciada paraguaya; de ese modo, nos lleva al entendimiento que excluye la necesidad de contar con un poder para representación de la empresa integrante del Consorcio de nacionalidad paraguaya a la empresa líder del consorcio de nacionalidad brasileña. ¿Está correcto nuestro entendimiento?”

RESPUESTA

Entendimiento correcto.

PREGUNTA 4

Observamos en la lectura del PBC que se hace necesario que sean informados detalles acerca de la remuneración del personal de los profesionales asignados en el proyecto. Considerando que las cuestiones salariales son tratadas por muchas empresas de forma confidencial, ya que son informaciones pertinentes a los intereses de la empresa y sus profesionales. Informaciones de esta naturaleza son de intereses particulares, no pudiendo el empleador hacer tal divulgación a terceros sin violar el derecho constitucionalmente asegurado a los empleados. Los comprobantes de pago son documentos personales de los empleados y no pertenecen al empleador, que sólo produce el documento a efectos de "rendir cuentas" sobre la remuneración, derechos cumplidos y descuentos aplicados. Los empleados a su vez, tienen derecho a informar el valor recibido para comprobar la renta frente a terceros, pero el empleador no tiene

empregador não tem o direito de divulgar o nome e o salário dos empregados.

Considerando que o valor do salário recebido pelo empregado não é relevante para o contratante, mas sim a comprovação de que o profissional possui experiência executar a presente prestação de serviço. Entendemos que não será necessária a apresentação da apresentação de comprovante de pagamento, vez que a licitante contratada poderá em substituição apresentar as Guias de Recolhimento do INSS e FGTS, acompanhada de declaração suscrita pelo representante legal que não há débitos salariais. Está correto o nosso entendimento?”

RESPOSTA

Entendimento incorreto. Caso a ITAIPU exerça a faculdade prevista na Cláusula 7ª, marcador “IX”, da Minuta de Contrato (Anexo VII do Caderno de Bases e Condições), caberá ao Contratado apresentar os comprovantes de pagamento dos salários e demais obrigações trabalhistas e previdenciárias.

PERGUNTA 5

“Da responsabilização pelos danos:

Considerando que a Cláusula 39 do Contrato prevê que é de responsabilidade da Contratada *“a integral indenização à ITAIPU ou a terceiros por danos e prejuízos diretos e indiretos causados por ela ou seus prepostos, na execução deste contrato, resultante de atos ou omissões culposos ou dolosos, não se eximindo dessa responsabilidade, ainda que a execução deste Contrato seja fiscalizada pela ITAIPU”*;

Considerando que de acordo com o art. 44 das Normas Gerais de licitações de Itaipu *“a contratada será responsável pelos danos que causar à ITAIPU ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não se eximindo dessa responsabilidade, ainda que a execução do instrumento contratual seja fiscalizado pela ITAIPU”*, ou seja, a contratada se responsabiliza apenas pelos danos diretos causados à ITAIPU e/ou terceiros;

Considerando que o art. 70 da Lei n. 8.666/1993 - aqui citada por analogia e a título de exemplificação - prevê que, nos contratos firmados com a Administração Pública, o contratado é responsável pelos danos diretos, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do contrato;

Considerando que o pagamento de indenização em razão da ocorrência de danos indiretos

el derecho de divulgar el nombre y el salario de los empleados.

Considerando que el valor del salario recibido por el empleado no es relevante para el contratista, sino la comprobación de que el profesional tiene experiencia para ejecutar la presente prestación de servicio. Entendemos que no será necesaria la presentación del comprobante de pago, ya que la licitante contratada podrá en sustitución presentar las Guías de Recogida del INSS y FGTS, acompañada de una declaración suscrita por el representante legal que no hay débitos salariales. ¿Está correcto nuestro entendimiento?

RESPUESTA

Entendimiento incorrecto. En el caso de que la ITAIPU ejerza la facultad prevista en la Cláusula 7ª, marcador “IX”, de la Minuta de Contrato (Anexo VII del Pliego de Bases y Condiciones), corresponde al Contratista presentar los comprobantes de pago de los salarios y demás obligaciones laborales y previsionales.

PREGUNTA 5

De la responsabilidad por los daños:

Considerando que la Cláusula 39 del Contrato prevé que es responsabilidad de la Contratista *“la integral indemnización a la ITAIPU o a terceros por daños y perjuicios directos e indirectos causados por ella o sus representantes, en la ejecución de este contrato, resultante de actos u omisiones culposas o dolosas , no eximiendo de esa responsabilidad, aunque la ejecución de este Contrato sea fiscalizada por ITAIPU ”*;

Considerando que, de conformidad con el art. 44 de las Normas Generales de licitaciones de Itaipú *“la contratista será responsable por los daños que cause a la ITAIPU o a terceros, derivados de su culpa o dolo, no eximiendo de esa responsabilidad, aunque la ejecución del instrumento contractual sea controlada por ITAIPU”*, es decir, la contratista se responsabiliza sólo por los daños directos causados a la ITAIPU y / o terceros;

Considerando que el art. 70 de la Ley n. 8.666/1993- aquí citada por analogía y a título de ejemplificación - prevé que, en los contratos firmados con la Administración Pública, el contratado es responsable de los daños directos, derivados de su culpa o dolo, en la ejecución del contrato;

Considerando que el pago de indemnización en razón de la ocurrencia de daños indirectos eventualmente causados a la Administración

eventualmente causados à Administração Pública não encontra amparo legal, seja nas Normas Gerais de Licitação de Itaipu, seja na Lei n. 8.666/1993, caracterizando-se, portanto como afronta ao princípio da legalidade estrita;

Considerando que, tendo em vista que o contrato em comento também será regulado pelos preceitos de direito civil, as cláusulas contratuais podem vir a ser negociadas pela Contratante e a licitante vencedora, inclusive a que trata dos limites de indenização a que está sujeito o contratado;

Considerando que, no procedimento licitatório, diferentemente de uma contratação comum privada, o momento que as licitantes dispõem para tentar negociar as cláusulas contratuais é justamente durante a fase de questionamentos;

Considerando que neste caso, a responsabilidade imputada ao contratado é maior do que a prevista no Código Civil, o que implica fatalmente em incursão de riscos maiores pela contratada, o que forçará a majoração de preço por parte das licitantes participantes;

Considerando portanto que a não fixação da responsabilidade em conformidade com o regulamento e leis análogas gerará prejuízos para a Contratante, pois a majoração dos riscos refletirá diretamente nos preços ofertados pelos licitantes e ao final essa ampliação de responsabilidade poderá ser revertida em outra instância;

Considerando por fim que alternativamente poder-se-ia efetuar q limitação de responsabilidade ao montante do valor total do contrato como prática rotineira no mercado para compensar a majoração da base de responsabilidade imputada (danos indiretos);

Questiona-se:

a) É correto o entendimento de que a contratada será responsável pelos danos diretos causados à ITAIPU ou a terceiros, durante a execução dos serviços, em conformidade com as Normas Gerais de licitações de Itaipu e lei análoga (Lei 8.666/93)?

b) Alternativamente, é correto o entendimento de que a responsabilidade por todos os danos e prejuízos causados pela contratada à ITAIPU ou a terceiros, em decorrência da prestação dos serviços, limitar-se-á ao valor total do contrato?"

Pública no encuentra amparo legal, sea en las Normas Generales de Licitación de Itaipú, sea en la Ley n. 8.666 / 1993, caracterizándose, por tanto, como afronta el principio de la legalidad estricta;

Considerando que, teniendo en cuenta que el contrato en discusión también se regirá por los preceptos de derecho civil, las cláusulas contractuales pueden ser negociadas por la Contratante y la licitante vencedora, incluso la que trata de los límites de indemnización a que está sujeto el contratado;

Considerando que, en el procedimiento licitatorio, a diferencia de una contratación común privada, el momento en que las licitantes disponen para intentar negociar las cláusulas contractuales es justamente durante la fase de cuestionamientos;

Considerando que en este caso, la responsabilidad imputada al contratado es mayor que la prevista en el Código Civil, lo que implica fatalmente en la incursión de riesgos mayores por la contratada, lo que forzará el aumento de precio por parte de los licitantes participantes;

Considerando que la no fijación de la responsabilidad de conformidad con el reglamento y las leyes análogas generará perjuicios para la Contratante, pues el aumento de los riesgos reflejará directamente en los precios ofertados por los licitantes y al final esa ampliación de responsabilidad podrá ser revertida en otra instancia;

Considerando por fin que alternativamente se podría efectuar la limitación de responsabilidad al importe del valor total del contrato como práctica rutinaria en el mercado para compensar el incremento de la base de responsabilidad imputada (daños indirectos):

Se pregunta:

a) Es correcto el entendimiento de que la contratista será responsable por los daños directos causados a la ITAIPU o a terceros, durante la ejecución de los servicios, de conformidad con las Normas Generales de licitaciones de Itaipu y la ley análoga (Ley 8.666/93)?

b) Alternativamente, ¿es correcto el entendimiento de que la responsabilidad por todos los daños y perjuicios causados por el Contratista a la ITAIPU o a terceros, como consecuencia de la prestación de los servicios, se limitará al valor total del contrato?"

RESPOSTA

a) Entendimento incorreto. A ITAIPU não faz parte da Administração Pública e se subordina à Norma Geral de Licitação (NGL), conforme especificado no subitem 1.2.2 do Caderno de

RESPUESTA

a) Entendimiento incorrecto. La ITAIPU no forma parte de la Administración Pública y se subordina a la Norma General de Licitación (NGL), tal como se

Bases e Condições (CBC), aplicando-se aos seus certames apenas subsidiariamente a Lei n° 8.666/1993. Como no caso a matéria afeta a danos e prejuízos, diretos e indiretos, restou plenamente regulada na Cláusula 40 da Minuta de Contrato (Anexo VII do CBC), e no art. 44 da NGL, não há se falar na aplicação do art. 70 da Lei de Licitações brasileira.

b) Entendimento incorreto. Inexiste, tanto na Cláusula 40 da Minuta de Contrato (Anexo VII do CBC), como no art. 44 da NGL, limitação nesse sentido.

PERGUNTA 6

“Da confidencialidade:

Considerando que a cláusula oitava, alínea “o” da Minuta de Contrato, estabelece a obrigação da contratada manter o sigilo das informações;

Considerando às obrigações de confidencialidade relativas ao objeto ora licitado, entendemos que:

(i) serão mantidas em sigilo todas as informações confidenciais obtidas durante a prestação dos serviços, inclusive recomendações formuladas em sua execução ou resultante dos serviços;

(ii) a equipe da Contratada utilizará as informações confidenciais para o único propósito de executar os serviços;

(iii) a Contratada revelará as informações confidenciais apenas para os membros de sua organização, necessários à condução dos serviços, requerendo destes que mantenham o caráter confidencial das mesmas e que em razão disso os membros da organização mundial da Contratada não serão considerados como terceiros, para fins de Confidencialidade;

(iv) a Contratada poderá manter consigo cópia das informações e documentos, mesmo que considerados informações confidenciais, necessários à comprovação da relação contratual entre as partes e os serviços prestados, e/ou que tenham sido utilizadas para consubstanciar eventuais serviços por elas prestados à Contratada em relação a este Projeto, mantendo-se, contudo, a confidencialidade das referidas informações;

(v) não obstante, as Partes não terão obrigação de preservar o sigilo relativo à Informação que:

(a) era de seu conhecimento anteriormente, não estando sujeita à obrigação de ser mantida em sigilo; (b) for revelada a terceiros pela parte Reveladora da informação, sem qualquer

especifica en el subíndice 1.2.2 del Pliego de Bases y Condiciones (PBC), aplicándose a sus procesos licitatorios sólo subsidiariamente la Ley n° 8.666 / 1993. Como en el caso la materia afecta a daños y perjuicios, directos e indirectos, queda totalmente regulada en la Cláusula 40 de la Minuta de Contrato (Anexo VII del PBC), y en el art. 44 de la NGL, no hay que hablar de la aplicación del art. De la Ley de Licitaciones brasileña.

b) Entendimento incorrecto. No existe en la Cláusula 40 de la Minuta de Contrato (Anexo VII del PBC), como en el art. 44 de la NGL, limitación en este sentido.

PREGUNTA 6

De la Confidencialidad:

Considerando que la cláusula octava, inciso “o” de la Minuta del Contrato, establece la obligación de la contratista de mantener el secreto de las informaciones;

Teniendo en cuenta las obligaciones de confidencialidad relativas al objeto de licitación, entendemos que:

i) se mantendrá en secreto todas las informaciones confidenciales obtenidas durante la prestación de los servicios, inclusive recomendaciones formuladas en su ejecución o resultante de los servicios;

(ii) el equipo del Contratista utilizará las informaciones confidenciales para el único propósito de ejecutar los servicios;

(iii) el Contratista revelará las informaciones confidenciales sólo para los miembros de su organización, necesarios para la conducción de los servicios, requiriendo de éstos que mantengan el carácter confidencial de las mismas y que en razón de ello los miembros de la organización mundial del no serán considerados como terceros, para fines de Confidencialidad;

(iv) el Contratista podrá mantener consigo copia de las informaciones y documentos, aunque se considere informaciones confidenciales, necesarios para la comprobación de la relación contractual entre las partes y los servicios prestados, y / o que hayan sido utilizadas para consubstanciar eventuales servicios por ellos prestados a la Contratista en relación con este Proyecto, manteniendo, sin embargo, la confidencialidad de dichas informaciones;

(v) no obstante, las Partes no tendrán obligación de preservar el secreto relativo a la información que:

a) era de su conocimiento anteriormente, no estando sujeta a la obligación de ser mantenida en secreto; (b) es revelada a terceros por la parte

obrigação de sigilo; (c) estiver ou tornar-se publicamente disponível por meio diverso da revelação não autorizada pela parte Receptora da informação; (d) tenham sua divulgação exigidas nos termos da lei ou por autoridade competente; (e) para que a licitante possa se defender em casos de instauração de processo administrativo, arbitral ou judicial contra ela; e/ou (f) for total e independentemente desenvolvida pela parte Receptora da informação;

(vi) as informações da contratada também deverão receber o mesmo tratamento de confidencialidade;

(vii) que a Lei 12.527/2011 determina em seu art. 24 o prazo máximo de confidencialidade considerando o grau de sigilo da informação, e que o prazo de confidencialidade nesta contratação tomará por base estes limites estipulados no predito art.24;

Art. 24. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.

§ 1º Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista no caput, vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes:

I - ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos;

II - secreta: 15 (quinze) anos; e

III - reservada: 5 (cinco) anos.

§ 2º As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.

§ 3º Alternativamente aos prazos previstos no § 1º, poderá ser estabelecida como termo final de restrição de acesso a ocorrência de determinado evento, desde que este ocorra antes do transcurso do prazo máximo de classificação.

§ 4º Transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina o seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público.

§ 5º Para a classificação da informação em determinado grau de sigilo, deverá ser observado o interesse público da informação e utilizado o critério menos restritivo possível, considerados:

I - a gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e do Estado; e

II - o prazo máximo de restrição de acesso ou o evento que defina seu termo final.

(viii) que a obrigação de sigilo deve permanecer pelo prazo de 5 (cinco) anos após o término do contrato;

Questiona-se:

Estão corretos os nossos entendimentos?"

Reveladora de la información, sin ninguna obligación de confidencialidad; (c) esté o estará disponible públicamente por medio de la revelación no autorizada por la parte receptora de la información;(d) tengan su divulgación requerida en virtud de la ley o por autoridad competente; (e) para que la licitante pueda defenderse en casos de establecerse procedimiento administrativo, arbitral o judicial contra ella; y / o (f) es total e independentemente desarrollada por la parte Receptora de la información;

vi) las informaciones del contratista también deberán recibir el mismo tratamiento de confidencialidad;

(vii) que la Ley 12.527 / 2011 determina en su art. 24 el plazo máximo de confidencialidad considerando el grado de confidencialidad de la información, y que el plazo de confidencialidad en esta contratación tomará por base estos límites estipulados en el predice art.24;

Art. 24. La información en poder de los órganos y entidades públicas, observado su contenido y en razón de su imprescindibilidad a la seguridad de la sociedad o del Estado, podrá ser clasificada como ultrassecreta, secreta o reservada.

§ 1º Los plazos máximos de restricción de acceso a la información, conforme a la clasificación prevista en el caput, rigen a partir de la fecha de su producción y son los siguientes:

I - ultrassecreta: 25 (veinticinco) años;

II - secreta: 15 (quince) años; y

II - secreta: 15 (quince) años; y

§ 2º Las informaciones que puedan poner en riesgo la seguridad del Presidente y Vicepresidente de la República y sus cónyuges e hijos serán clasificadas como reservadas y quedarán bajo secreto hasta el término del mandato en ejercicio o del último mandato en caso de reelección.

§ 3º. Alternativamente a los plazos previstos en el § 1º, podrá ser establecida como término final de restricción de acceso a la ocurrencia de determinado evento, siempre que éste ocurra antes del transcurso del plazo máximo de clasificación.

§ 4º Transcurrido el plazo de clasificación o consumado el evento que defina su término final, la información se convertirá automáticamente de acceso público.

§ 5º Para la clasificación de la información en determinado grado de confidencialidad, deberá observarse el interés público de la información y utilizado el criterio menos restrictivo posible, considerados:

I - la gravedad del riesgo o daño a la seguridad de la sociedad y del Estado; y

II - el plazo máximo de restricción de acceso o el evento que defina su término final.

viii) que la obligación de secreto debe permanecer por el plazo de cinco (5) años después de la terminación del contrato;

Se pregunta:

Están correctos nuestros entendimientos?"

RESPOSTA

(i) Da leitura da Cláusula 10, *caput* e § 1º, verifica-se que a obrigação de confidencialidade, prevista na Minuta de Contrato (Anexo VII do Caderno de Bases e Condições - CBC), existe para regular o tratamento que o CONTRATADO dará às informações da ITAIPU, não havendo a obrigação reversa, vale dizer, da ITAIPU para o CONTRATADO.

(ii) Entendimento parcialmente correto. A Cláusula 11 da Minuta de Contrato (Anexo VII do CBC) prevê que o CONTRATADO se compromete a utilizar as Informações não apenas na execução do objeto do Contrato, mas igualmente respeitando os fins nele previstos;

(iii) Entendimento parcialmente correto. Conforme prevê a Cláusula 11, *caput* e parágrafo único, da Minuta de Contrato (Anexo VII do CBC), a obrigação assumida pelo CONTRATADO, perante a ITAIPU, envolve todos os seus representantes, assim entendidos como seus diretores, administradores, acionistas, proprietários, sócios, empregados, agentes, colaboradores, representantes, assessores e prestadores de serviços, não importando se o local de trabalho desses representantes é na República Federativa do Brasil, na República do Paraguai ou em terceiro lugar.

(iv) Entendimento parcialmente correto. A Cláusula 10 da Minuta de Contrato (Anexo VII do CBC) permite ao CONTRATADO manter consigo cópia das Informações que receber em virtude do Contrato. Entretanto, nos termos da Cláusula 14, ele está obrigado a devolver à ITAIPU, após o encerramento da vigência do Contrato, todas as informações que receber, ou provar sua destruição.

(v)

(a) Entendimento incorreto. Não há ressalva nesse sentido no Capítulo VII da Minuta de Contrato (Anexo VII do CBC).

(b) Entendimento incorreto. Não há ressalva nesse sentido no Capítulo VII da Minuta de Contrato (Anexo VII do CBC).

(c) Entendimento incorreto. Não há ressalva nesse sentido no Capítulo VII da Minuta de Contrato (Anexo VII do CBC).

(d) Entendimento incorreto. Não há ressalva nesse sentido no Capítulo VII da Minuta de Contrato (Anexo VII do CBC).

(vi) Vide esclarecimento (i).

(vii) A ITAIPU não faz parte da Administração Pública e não integra quaisquer das categoriais de pessoas jurídicas listadas no art. 1º, par. ún., da Lei brasileira nº 12.527/2011, não se lhe aplicando referido instrumento legal.

RESPUESTA

(i) De la lectura de la Cláusula 10, *caput* y § 1º, se verifica que la obligación de confidencialidad, prevista en la Minuta de Contrato (Anexo VII del Pliego de Bases y Condiciones - PBC), existe para regular el tratamiento que la CONTRATISTA dará a las informaciones de la ITAIPU, no habiendo la obligación inversa, es decir, de la ITAIPU para el CONTRATISTA.

(ii) Entendimiento parcialmente correcto. La Cláusula 11 de la Minuta de Contrato (Anexo VII del PBC) prevé que el CONTRATISTA se compromete a utilizar la Información no sólo en la ejecución del objeto del Contrato, sino también respetando los fines en él previstos;

(iii) Entendimiento parcialmente correcto. Conforme prevé la Cláusula 11, *caput* y parágrafo único, de la Minuta del Contrato (Anexo VII del PBC), la obligación asumida por el CONTRATISTA, ante la ITAIPU, involucra a todos sus representantes, así entendidos como sus directores, administradores, accionistas, propietarios, socios, empleados, agentes, colaboradores, representantes, asesores y prestadores de servicios, sin importar si el lugar de trabajo de esos representantes es en la República Federativa del Brasil, en la República del Paraguay o en tercer lugar.

(iv) Entendimiento parcialmente correcto. La Cláusula 10 de la Minuta de Contrato (Anexo VII del PBC) permite al CONTRATISTA mantener consigo una copia de la Información que reciba en virtud del Contrato. Sin embargo, en virtud de la Cláusula 14, está obligado a devolver a ITAIPU, una vez finalizada la vigencia del Contrato, toda la información que reciba, o probar su destrucción.

(v)

(a) Entendimiento incorrecto. No hay excepción en ese sentido en el Capítulo VII de la Minuta de Contrato (Anexo VII del PBC).

(b) Entendimiento incorrecto. No hay excepción en ese sentido en el Capítulo VII de la Minuta de Contrato (Anexo VII del PBC).

(c) Entendimiento incorrecto. No hay excepción en ese sentido en el Capítulo VII de la Minuta de Contrato (Anexo VII del PBC).

(d) Entendimiento incorrecto. No hay excepción en ese sentido en el Capítulo VII de la Minuta de Contrato (Anexo VII del PBC).

(vi) Véase la aclaración (i).

(vii) La ITAIPU no forma parte de la Administración Pública y no integra ninguna de las categorías de personas jurídicas listadas en el art. 1º, párr. de la Ley brasileña nº 12.527 / 2011, no se aplica dicho instrumento legal.

(viii) Entendimiento incorrecto. La Cláusula 14 de

(viii) Entendimento incorreto. A Cláusula 14 da Minuta de Contrato (Anexo VII do CBC) especifica que a responsabilidade pelo dever de confidencialidade se estende por prazo indeterminado.

PERGUNTA 7

“Das obrigações do Contrato:

Considerando que a Cláusula Sexta do Contrato estabelece que constitui obrigação do contratado a “*comprovação, quando solicitado por ITAIPU, do pagamento aos empregados vinculados à execução dos serviços objeto deste Contrato, dos salários, das obrigações trabalhistas e previdenciárias*”;

Considerando que o valor do salário do funcionário é informação sigilosa do profissional e não interfere em nada no processo licitatório ou na contratação da licitante vencedora;

Questiona-se:

É correto o entendimento de que os comprovantes de pagamento dos salários/remuneração dos profissionais poderão ser apresentados, omitindo, contudo, a informação salarial dos profissionais, vez que são informações pessoais e confidenciais?”

RESPOSTA

Entendimento incorreto. É necessária a demonstração da remuneração de modo tal a comprovar-se o recolhimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias em bases auditáveis, sobretudo, a fim de viabilizar a adequada gestão e fiscalização do contrato por parte da ITAIPU.

PERGUNTA 8

“Dos atestados de capacidade técnica: item 2.11.4 Dados:

Considerando que o item 2.11.3 do Edital dispõe sobre os requisitos de qualificação técnica, especificando no subitem 2.11.3.2 que as licitantes poderão apresentar até 5 (cinco) atestados de capacidade técnica por quesito, QT1, QT2, QT3 e QT4;

Considerando que o item 2.11.4 estabelece que os atestados apresentados, para avaliação e pontuação, **devem conter as seguintes informações:** (i) ramo de atuação da empresa emissora do atestado, se sociedade de capital aberto ou fechado, emissora de ações em qual Bolsa de Valores; (ii) sua localização; (iii) contrato e (iv) o período em que os serviços

la Minuta del Contrato (Anexo VII del PBC) especifica que la responsabilidad por el deber de confidencialidad se extiende por plazo indeterminado.

PREGUNTA 7

De las obligaciones del contrato:

Considerando que la Cláusula Sexta del Contrato establece que es obligación del contratista la “*comprobación, cuando solicitado por ITAIPU, del pago a los empleados vinculados a la ejecución de los servicios objeto de este Contrato, de los salarios, de las obligaciones laborales y de previsión*”

Considerando que el valor del salario del funcionario es información confidencial del profesional y no interfiere en nada en el proceso licitatorio o en la contratación de la licitante vencedora;

Se pregunta:

¿Es correcto el entendimiento de que los comprobantes de pago de los salarios / remuneración de los profesionales podrán ser presentados, omitiendo, sin embargo, la información salarial de los profesionales, ya que son informaciones personales y confidenciales?

REPUESTA

Entendimiento incorrecto. Es necesaria la demostración de la remuneración de modo tal que se compruebe el pago de obligaciones laborales y previsionales en bases auditables, sobre todo, a fin de viabilizar la adecuada gestión y fiscalización del contrato por parte de ITAIPU.

PREGUNTA 8

De los certificados de capacidad técnica: ítem 2.11.4 Datos:

Considerando que el ítem 2.11.3 del Pliego dispone sobre los requisitos de calificación técnica, especificando en el subíndice 2.11.3.2 que los licitantes podrán presentar hasta 5 (cinco) certificados de capacidad técnica por QT1, QT2, QT3 y QT4;

Considerando que el ítem 2.11.4 establece que los certificados presentados, para evaluación y puntuación, **deben contener la siguiente información:** (i) ramo de actuación de la empresa emisora del certificado, si es sociedad de capital abierto o cerrado, emisora de acciones en cuál Bolsa de Valores; (ii) su ubicación; (iii) contrato y (iv) el período en que fueron realizados los

foram realizados;

Considerando que “os atestados emitidos por uma mesma pessoa jurídica só serão pontuados mais de uma vez se referentes a contratos distintos ou a serviços diferenciados”, nos termos da alínea “d” do referido item 2.11.4 do Edital;

Considerando que a maioria dos atestados não contempla todas àquelas informações, todavia, os dados exigidos podem ser comprovados por meio da apresentação de outros documentos, tais quais, respectivamente (i) Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ e publicações oficiais extraídas dos sites da CVM e/ou Bovespa e (ii) Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, o qual consta expressamente a localização da empresa;

Considerando que a exigência de constar no atestado o número do contrato da prestação dos serviços objetiva confirmar, para fins de pontuação, que os serviços realizados para o mesmo cliente correspondem às contratações totalmente distintas;

Considerando que se os atestados forem emitidos por sociedades diversas a informação correspondente ao número do contrato torna-se irrelevante, uma vez que é óbvio que se os clientes são diferentes, conseqüentemente, os contratos também o são.

Considerando que é raro os atestados de capacidade técnica constarem menção ao número do contrato, sendo ainda que há empresas privadas que sequer possuem numeração para contratos, o que inviabiliza tal comprovação.

Questiona-se:

a) É correto o entendimento de que a comprovação do: (i) ramo de atuação da empresa emitente, (ii) se sociedade aberta ou fechada (iii) se emissora de ações em Bolsa de Valores, (iv) da localização da empresa emitente do atestado, podem ser comprovadas por outros documentos emitidos por fontes oficiais, tais como cópia do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ e publicações oficiais extraídas de sites e.g CVM ou da BOVESPA ou mesmo a Capa do Formulário 20 F?

b) É correto o entendimento ainda de que a apresentação de todos os atestados emitidos por sociedades diferentes dispensa a necessidade da indicação do número do contrato no atestado, quando os serviços objeto dos atestados forem realizados para clientes distintos?”

servicios;

Considerando que “los certificados expedidos por una misma persona jurídica sólo se puntuarán más de una vez si se refieren a contratos distintos o a servicios diferenciados”, de conformidad con el punto d) de dicho apartado 2.11.4 del Pliego ;

Considerando que la mayoría de los certificados no contemplan todas las informaciones, sin embargo, los datos exigidos pueden ser comprobados por medio de la presentación de otros documentos, tales como, (i) Registro Nacional de la Persona Jurídica - CNPJ y publicaciones oficiales extraídas de los sitios de la CVM y/o Bovespa y (ii) Catastro Nacional de la Persona Jurídica - CNPJ, en el cual consta expresamente la ubicación de la empresa;

Considerando que la exigencia de constar en el certificado el número del contrato de la prestación de los servicios tiene por objeto confirmar, para fines de puntuación, que los servicios realizados para el mismo cliente corresponden a las contrataciones totalmente distintas;

Considerando que, si los certificados fueron emitidos por sociedades diversas, la información correspondiente al número del contrato se vuelve irrelevante, ya que es obvio que si los clientes son diferentes, en consecuencia, los contratos también lo son.

Considerando que es raro que las certificaciones de capacidad técnica consten en el número del contrato, aunque hay empresas privadas que ni siquiera tienen numeración para contratos, lo que inviabiliza tal comprobación.

Se pregunta:

a) Es correcto el entendimiento de que la comprobación de: (i) ramo de actuación de la empresa emisora, (ii) si es sociedad abierta o cerrada (iii) si es emisora de acciones en Bolsa de Valores, (iv) de la ubicación de la empresa emisora del certificado, pueden ser comprobadas por otros documentos emitidos por fuentes oficiales, tales como copia del Catastro Nacional de la Persona Jurídica - CNPJ y publicaciones oficiales extraídas de sitios eg CVM o de la BOVESPA o incluso la Tapa del Formulario 20 F?

b) ¿Es correcto el entendimiento aún de que la presentación de todos los certificados expedidos por sociedades diferentes dispensa la necesidad de la indicación del número del contrato en el certificado, cuando los servicios objeto de los certificados se realicen para clientes distintos?”

RESPOSTA

a) Sim, está correto o entendimento para a comprovação dos itens estabelecidos no subitem 2.11.4 (a);

b) Sim, está correto o entendimento, sem prejuízo da faculdade prevista no disposto no subitem 2.11.4 (e) do CBC.

PERGUNTA 9

“Do quesito de avaliação técnica QT 1:

Considerando que o quesito QT1 - experiência em prestação de serviços de auditoria independente de Demonstrações Contábeis, subdivide-se em 2 (dois) itens “a” e “b” que serão avaliados, respectivamente, em 1 (um) ponto por atestado e 3 (três) pontos por atestado;

Considerando que os atestados apresentados para o item “b”, dentre outros requisitos, devem ser emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, controladora de grupo de empresas;

Considerando que as Demonstrações Financeiras das empresas identificam, se for o caso, a forma da sociedade como sendo controladora de grupo de empresas;

Questiona-se:

É correto o entendimento de que a apresentação das Demonstrações Financeiras é suficiente para comprovar que a empresa emitente do atestado é controladora de grupo de empresas, conforme exigido no quesito QT1 “b”?”

RESPOSTA

Sim, está correto o entendimento, desde que publicadas na forma da lei.

PERGUNTA 10

“Do quesito de avaliação técnica QT 3:

Considerando que para satisfazer as exigências do quesito QT3 - experiência em prestação de serviços de auditoria independente de Demonstrações Contábeis de empresas listadas na *Securities and Exchange Commission* - SEC US, os atestados devem ser emitidos por empresas listadas na SEC US;

Considerando que, conforme as exigências da SEC US, as empresas brasileiras com ações negociadas nas Bolsas de Valores nos Estados Unidos, devem arquivar anualmente na SEC US o seu relatório na forma de 20 F, contendo as informações (*Management Discussion & Analysis*) sobre a estrutura, as operações, os negócios e os

REPUESTA

a) Sí, es correcto el entendimiento para la comprobación de los ítems establecidos en el subitem 2.11.4 (a);

b) Sí, es correcto el entendimiento, sin perjuicio de la facultad prevista en lo dispuesto en el subitem 2.11.4 (e) del PBC.

PREGUNTA 9

De la cuestión de evaluación técnica QT 1:

Considerando que el punto QT 1- experiencia en la prestación de servicios de auditoría independiente a los Estados Contables, se subdivide en 2 (dos) ítems “a” y “b” que serán evaluados, respectivamente, en 1 (un) punto por certificado y en 3 (tres) puntos por certificado;

Considerando que los certificados presentados para el ítem “b”, entre otros requisitos, deben ser emitidos por persona jurídica de derecho público o privado, controladora de grupo de empresas;

Considerando que los Estados Contables de las empresas identifican, en su caso, la forma de la sociedad como control de grupo de empresas;

Se pregunta:

¿Es correcto el entendimiento de que la presentación de los Estados Contables es suficiente para comprobar que la empresa emisora del certificado es controladora de grupo de empresas, según lo exigido en el punto QT1 “b”?

RESPUESTA

Sí, es correcto el entendimiento, siempre que sean publicadas conforme a la ley.

PREGUNTA 10

De la evaluación técnica QT 3:

Considerando que para satisfacer las exigencias del QT3 - experiencia en la prestación de servicios de auditoría independiente de los estados contables de las empresas enumeradas en la *Securities and Exchange Commission*-SEC US, los certificados deben ser emitidos por empresas enumeradas en la SEC US;

Considerando que, conforme a las exigencias de la SEC US, las empresas brasileñas con acciones negociadas en las Bolsas de Valores en los Estados Unidos, deben archivar anualmente en la SEC US el informe en forma de 20 F, conteniendo las informaciones (*Management Discussion & Analysis*) sobre la estructura, las operaciones, los negocios y

principais riscos da empresa e as suas demonstrações financeiras;

Considerando que a apresentação do Comunicado ao mercado ou da Capa do Formulário 20 F (que comprova que a empresa arquivou o seu relatório anual na forma do Formulário 20 F) junto à SEC é suficiente para demonstrar que a empresa é listada na SEC, já que o arquivamento do Formulário 20 F pressupõe necessariamente que a empresa é listada na SEC;

Considerando ainda que a Capa do formulário 20 F informa se a empresa é listada na SEC, e que esta informação é suficiente para atendimento do quesito QT3, haja vista que o Formulário 20F completo possui em média 400 a 600 páginas, que trazem informações às quais são excessivas e desnecessárias para o quesito em comento. Cita-se abaixo a capa do formulário 20 F:

(...)

Considerando que o Comunicado ao Mercado, de semelhante modo, também traz a informação de que trata-se de uma empresa SEC, senão vejamos:



los principales riesgos de la empresa y sus estados contables;

Considerando que la presentación del Comunicado al mercado o de la portada del Formulario 20 F (que demuestra que la empresa archivó su informe anual en la forma del Formulario 20 F) ante la SEC es suficiente para demostrar que la empresa figura en la SEC, ya que el archivo del Formulario 20 F presupone necesariamente que la empresa se enumera en la SEC;

Considerando que en la portada del formulario 20F se informa si la empresa figura en la SEC y que esta información es suficiente para atender el asunto QT3, teniendo en cuenta que el Formulario 20F completo posee en promedio 400 a 600 páginas, que traen informaciones a las cuales son excesivas e innecesarias para el asunto en discusión. Se cita abajo la portada del formulario 20 F:

(...)

Considerando que el Comunicado al Mercado, de igual modo, también trae la información de que se trata de una empresa SEC, si no veamos:



Questiona-se:

É correto o entendimento de que a comprovação de que a empresa emitente do atestado é listada na SEC US, conforme exigido no quesito QT3, pode ser comprovada por meio da apresentação da capa do Formulário 20 F ou o Comunicado ao mercado de que a empresa arquivou o seu relatório anual no Formulário 20 F junto à SEC?"

RESPOSTA

Sim, o entendimento está correto.

Se pregunta:

Es correcto el entendimiento de que la comprobación de que la empresa emisora del certificado se encuentra listada en la SEC US, según lo exigido en el punto QT3, puede ser comprobada por medio de la presentación de la portada del Formulario 20 F o el Comunicado al mercado de que la empresa archivó su informe anual en el Formulario 20 F junto a la SEC?

RESPUESTA

Sí, el entendimiento es correcto.

PERGUNTA 11

“Das penalidades por descumprimento de Confidencialidade:

Considerando que a cláusula décima quinta do Termo de Confidencialidade e Sigilo estabelece que caso a contratada venha descumprir o sigilo e a confidencialidade dos dados fornecidos pela contratante, poderá sofrer penalidade legais e contratuais pelo fato, conforme cita-se abaixo:

CLÁUSULA 15 O descumprimento da obrigação de sigilo e confidencialidade resultará nas seguintes sanções, cumulativamente:

- I) rescisão contratual, se ainda vigente o Contrato;
- II) multa cominatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor da obrigação principal;
- III) indenização no valor de 100% (cem por cento) sobre o valor da obrigação principal, referente à cláusula penal compensatória por quebra do sigilo empresarial. Ressalva-se à ITAIPU o direito de exigir indenização suplementar, caso o prejuízo exceda o percentual fixado; e,
- IV) adoção das medidas judiciais cabíveis para responsabilização nas searas civil e criminal, por força de lei.

Considerando que de acordo com o art. 44 das Normas Gerais de licitações de Itaipu “a contratada será responsável pelos danos que causar à ITAIPU ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não se eximindo dessa responsabilidade, ainda que a execução do instrumento contratual seja fiscalizado pela ITAIPU”, ou seja, a contratada se responsabiliza apenas pelos danos diretos causados à ITAIPU e/ou terceiros;

Questiona-se:

É correto o entendimento de que as penalidades constantes da cláusula décima quinta serão aplicadas em decorrência de comprovação dos danos causados a ITAIPU por descumprimento da confidencialidade?”

RESPOSTA

Entendimento incorreto. As penalidades elencadas na Cláusula 15 da Minuta de Contrato (Anexo VII do Caderno de Bases e Condições - CBC) são consequências de inadimplemento de obrigação(ões) prevista(s) no Capítulo VII da Minuta de Contrato, não estando subordinadas à comprovação de eventual dano, exceto para a responsabilização civil prevista na parte final do marcador “III” (indenização suplementar) e no marcador “IV” da Cláusula 15.

PREGUNTA 11

De las Penalidades por incumplimiento de la Confidencialidad:

Considerando que la cláusula décimo quinta del Término de Confidencialidad y Secreto establece que en caso de que la contratista venga incumpliendo el secreto y la confidencialidad de los datos suministrados por la contratante, podrá sufrir sanciones legales y contractuales por el hecho, conforme se cita a continuación:

CLÁUSULA 15 El incumplimiento de la obligación de secreto y confidencialidad resultará de las siguientes sanciones, acumulativamente:

- I) rescisión contractual, si aún se encuentra vigente el Contrato;
- II) multa contractual del 30% (treinta por ciento) sobre el valor de la obligación principal;
- III) indemnización en el valor del 100% (cien por ciento) sobre el valor de la obligación principal, referente a la cláusula penal compensatoria por quiebra del secreto empresarial. Se resalta a ITAIPU el derecho de exigir indemnización suplementaria, si el perjuicio excede el porcentaje fijado; y,
- IV) Adopción de las medidas judiciales razonables para la responsabilización en las tareas civil y penal, en virtud de la ley.

Considerando que, de conformidad con el art. 44 de las Normas Generales de licitaciones de Itaipú “la contratista será responsable por los daños que cause a ITAIPU a los terceros, derivados de su culpa o dolo, no eximiendo de esa responsabilidad, aunque la ejecución del instrumento contractual sea controlada por ITAIPU”, o es decir, la contratista se responsabiliza sólo por los daños directos causados a ITAIPU y / o terceros;

Se pregunta:

¿Es correcto el entendimiento de que las penalidades constantes de la cláusula décimo quinta serán aplicadas en consecuencia de comprobación de los daños causados a ITAIPU por incumplimiento de la confidencialidad?”

RESPUESTA

Entendimento incorreto. Las penalidades enumeradas en la Cláusula 15 de la Minuta de Contrato (Anexo VII del Pliego de Bases y Condiciones - PBC) son consecuencias del incumplimiento de las obligaciones previstas en el Capítulo VII de la Minuta de Contrato, no estando subordinadas a la comprobación del eventual daño, excepto para la responsabilidad civil prevista en la parte final del marcador “III” (indemnización suplementaria) y en el marcador “IV” de la Cláusula 15.

PERGUNTA 12

“Empresas Listadas na CVM:

Considerando que o item 2.11.3.3 determina no subitem QT2 “a” e “b” que a empresa licitante deve apresentar atestados de capacidade técnica de empresas listadas na CVM, conforme cita-se abaixo:

(QT2) Experiência em prestação de serviços de auditoria independente de Demonstrações Contábeis de empresas listadas na Comissão de Valores Mobiliários - CVM ou Comissão Nacional de Valores - CNV:

Pontuação Máxima no Quesito: 25 (vinte e cinco) pontos.

a) atestado de capacidade técnica emitido por companhias abertas listadas na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, para as estabelecidas no Brasil, ou na Comissão Nacional de Valores - CNV, para as estabelecidas no Paraguai, em nome de pelo menos uma das empresas integrantes do consórcio, que comprove que a proponente presta e/ou prestou serviços de auditoria independente de Demonstrações Contábeis.

AVALIAÇÃO: 3 (três) pontos por atestado.

b) atestado de capacidade técnica emitido por companhias abertas listadas na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, para as estabelecidas no Brasil, ou na Comissão Nacional de Valores - CNV, para as estabelecidas no Paraguai, com atuação no setor de geração e/ou transmissão de energia elétrica, em nome de pelo menos uma das empresas integrantes do consórcio, que comprove que a proponente presta e/ou prestou serviços de auditoria independente de Demonstrações Contábeis.

Considerando que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), criada em 07/12/1976 pela Lei 6.385/76, tem o objetivo de fiscalizar, normatizar, disciplinar e desenvolver o mercado de valores mobiliários no Brasil.

Considerando que o site da CVM disponibiliza as empresas listadas na Comissão de Valores Mobiliários, conforme demonstra-se abaixo:



Questiona-se:

É correto o entendimento de que para fins de

PREGUNTA 12

Empresas Listadas en CVM:

Considerando que el ítem 2.11.3.3 determina en el subíndice QT2 “a” y “b” que la empresa licitante debe presentar certificación de la capacidad técnica de empresas listadas en la CVM, como se indica a continuación:

(QT2) Experiencia en prestación de servicios de auditoria independiente de Estados Contables de empresas listadas en la Comisión de Valores Mobiliarios - CVM o Comisión Nacional de Valores - CNV:

Puntaje Máximo en el Requisito: 25 (veinticinco) puntos.

a) certificado de capacidad técnica emitido por compañías abiertas listadas en la Comisión de Valores Mobiliarios - CVM, para las establecidas en Brasil, o en la Comisión Nacional de Valores - CNV, para las establecidas en Paraguay, en nombre de al menos una de las empresas integrantes del mismo, consorcio, que acredite que el licitador presta y / o prestó servicios de auditoria independiente de Estados Contables.

EVALUACIÓN: 3 (tres) puntos por certificado.

b) certificado de capacidad técnica emitido por compañías abiertas listadas en la Comisión de Valores Mobiliarios - CVM, para las establecidas en Brasil, o en la Comisión Nacional de Valores - CNV, para las establecidas en Paraguay, con actuación en el sector de generación y / o transmisión de energía eléctrica, en nombre de al menos una de las empresas integrantes del consorcio, que comprove que el licitador presta y / o prestó servicios de auditoria independiente de Estados Contables.

Considerando que la Comisión de Valores Mobiliarios (CVM), creada el 07/12/1976 por la Ley 6.385 / 76, tiene el objetivo de fiscalizar, normatizar, disciplinar y desarrollar el mercado de valores mobiliarios en Brasil.

Considerando que el sitio de CVM pone a disposición de las empresas enumeradas en la Comisión de Valores Mobiliarios, como se muestra a continuación:



Se pregunta:

¿Es correcto el entendimiento de para qué fines de comprobación de las empresas listadas en la

comprovação das empresas listadas na Comissão de Valores Mobiliários, conforme item supra, será suficiente a apresentação da tela do site da CVM acima citada?”

RESPOSTA

Sim, o entendimento está correto.

PERGUNTA 13

“o Perfil da Equipe Técnica:

Considerando que o item 5 das Especificações Técnicas (Anexo III) apresenta a estrutura mínima da equipe técnica, conforme cita-se abaixo:

5. PERFIL DA EQUIPE DE TRABALHO

5.1 A equipe de auditores será dimensionada pelo Consórcio, resguardando-se a seguinte estrutura mínima: 2 (dois) Sócios; 2 (dois) Gerentes, 2 (dois) Auditores Sênior e 2 (dois) Auditores Pleno, sendo, para cada categoria, um de cada empresa do consórcio;

Considerando que o edital não deixa claro em que momento deverá ser apresentada a equipe técnica mínima que executará os trabalhos;

Questiona-se:

a) É correto o entendimento de que a equipe técnica citada no item supra deverá ser apresentada no momento da assinatura do contrato?

b) Além disso a comprovação da experiência da equipe técnica poderá ser feita através de curriculum vitae?”

RESPOSTA

a) Não, entendimento incorreto. O perfil da equipe de trabalho deverá ser apresentado de maneira concomitante a realização do planejamento dos trabalhos de auditoria previstos no Anexo III, sem prejuízo do prazo de 5 (cinco) dias corridos após assinatura do contrato, para indicar um representante, um coordenador dos serviços e seu eventual substituto para responder perante a ITAIPU pela execução dos serviços, conforme disposto no Anexo VII.

b) Sim, o entendimento está correto.

PERGUNTA 14

“Da Emissão do relatório:

Considerando que o item 10 do Anexo III, que trata das *Especificações dos Serviços*, determina que os relatórios devem ser emitidos nos seguintes moldes:

Comisión de Valores Mobiliarios, conforme a lo anterior, será suficiente la presentación de la pantalla del sitio de la CVM arriba citada?”

RESPUESTA

Sí, el entendimiento es correcto.

PREGUNTA 13

Del perfil del equipo técnico:

Considerando que el ítem 5 de las Especificaciones Técnicas (Anexo III) presenta la estructura mínima del equipo técnico, conforme se cita a continuación:

5. PERFIL DEL EQUIPO DE TRABAJO

5.1 El equipo de auditores será dimensionado por el Consorcio, resguardándose la siguiente estructura mínima: 2 (dos) Socios; 2 (dos) Gerentes, 2 (dos) Auditores Senior y 2 (dos) Auditores Pleno, siendo, para cada categoría, una de cada empresa del consorcio;

Considerando que el pliego no deja claro en qué momento deberá presentarse el equipo técnico mínimo que ejecutará los trabajos;

Se pregunta:

a) ¿Es correcto el entendimiento de que el equipo técnico citado en el ítem anterior deberá ser presentado en el momento de la firma del contrato?

b) Además, la comprobación de la experiencia del equipo técnico podrá ser hecha a través de curriculum vitae?”

RESPUESTA

a) No, entendimiento incorrecto. El perfil del equipo de trabajo deberá ser presentado de manera simultánea a la realización de la planificación de los trabajos de auditoría previstos en el Anexo III, sin perjuicio del plazo de cinco (5) días corridos después de la firma del contrato, para indicar un representante, un coordinador de los servicios y su eventual sustituto para responder ante la ITAIPU por la ejecución de los servicios, conforme a lo dispuesto en el Anexo VII.

b) Sí, el entendimiento es correcto.

PREGUNTA 14

De la emisión del informe:

Considerando que el punto 10 del Anexo III, que se refiere a las Especificaciones de los Servicios, determina que los informes deben emitirse de la

10 RELATÓRIOS E RECOMENDAÇÕES

Os auditores independentes fornecerão a ITAIPU, nas quantidades solicitadas, devidamente encadernados, nos idiomas português, espanhol e inglês (tradução efetuada pelos auditores independentes)

Questiona-se:

É correto o entendimento de que, quando aplicável, a elaboração das demonstrações financeiras e Informações Trimestrais em língua inglesa e convertidas para US\$ serão preparadas pela contratante devendo a contratada tão somente revisar tais documentações e emitir o relatório de revisão em inglês no formato "Free Translation"?

RESPOSTA

Não, entendimento incorreto. A ITAIPU elaborará as demonstrações contábeis em português e espanhol, sempre em dólares, sendo dever do Contratado a tradução para a língua inglesa das demonstrações contábeis anuais, assim como a emissão do respectivo relatório em inglês no formato livre tradução.

PERGUNTA 15

"Do escopo dos trabalhos:

De acordo com o item 3.3.4.15.3 somos requeridos a adotar os procedimentos específicos determinados pela NBC T 11 - Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis, aprovadas pela Resolução n. 820, de 17 de dezembro de 1997 do CFC - Conselho Federal de Contabilidade e Comunicados do IBRACON. Contudo, considerando que a referida norma está revogada desde 2009 é correto afirmar que os trabalhos de auditoria serão executados pelo auditor de acordo com as normas brasileiras e internacionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC?"

RESPOSTA

O subitem 3.3.4.15.3 do Anexo III passa a ter a seguinte redação:

"3.3.4.15.3 Deverão ser adotados os procedimentos específicos determinados pela NBC TA 200 - Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis e NBC TA 700 - Dispõe sobre a formação da opinião e emissão do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e os Comunicados

siguiente manera:

10 INFORMES Y RECOMENDACIONES

Los auditores independientes proporcionan a ITAIPU, las cantidades solicitadas, debidamente encuadernados, en portugués, español e Inglés (Traducción realizada por auditores independientes), de la siguiente manera:

Se pregunta:

Es correcto el entendimiento de que, cuando sea aplicable, la elaboración de los estados financieros e informaciones trimestrales en lengua inglesa y convertidas a US \$ serán preparadas por la contratista, debiendo la contratista tan sólo revisar dichas documentaciones y emitir el informe de revisión en inglés en el formato "Free Translation"?

RESPUESTA

No, entendimiento incorrecto. La Itaipú preparará los estados contables en portugués y en español, siempre en dólares, siendo el deber de la Contratista la traducción en Inglés de los estados contables anuales, así como la emisión del respectivo informe en inglés en formato libre de traducción.

PREGUNTA 15

Del alcance de los trabajos:

De acuerdo con el ítem 3.3.4.15.3 se requiere que adopten los procedimientos específicos determinados por la NIC T 11 - Normas de Auditoría Independiente de los Estados Contables, aprobadas por la Resolución n. 820, de 17 de diciembre de 1997 del CFC - Consejo Federal de Contabilidad y Comunicados de IBRACON. Sin embargo, considerando que dicha norma está revocada desde 2009 es correcto afirmar que los trabajos de auditoría serán ejecutados por el auditor de acuerdo con las normas brasileñas e internacionales emitidas por el Consejo Federal de Contabilidad - CFC?

RESPUESTA

El subitem 3.3.4.15.3 del Anexo III pasa a tener la siguiente redacción:

"3.3.4.15.3 Deberán ser adoptados los procedimientos específicos determinados por la NBC TA 200 - Normas de Auditoría Independiente de los Estados Contables y NBC TA 700 - Dispone sobre la formación de opinión y emisión del informe del auditor independiente sobre los estados contables emitidos por el CFC - Consejo Federal de Contabilidad y los Comunicados de IBRACON".

do IBRACON.”
Favor reportar-se ao item II deste Aditamento.

Favor remitirse al ítem II de este Aditivo.

PERGUNTA 16

“Da Formação de Consórcio:

Considerando que o edital em seu item 2.3.1 determina que poderão participar desta licitação exclusivamente empresas associadas na forma de consórcio binacional, conforme explicitado abaixo:

2.3 CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

2.3.1 Poderão participar desta licitação exclusivamente empresas associadas na forma de consórcio binacional, legalmente estabelecidas no Brasil e no Paraguai, cujo ramo de negócio, definido em seus atos constitutivos, for pertinente ao objeto desta licitação desde que atenda, integralmente, a todos os requisitos estabelecidos neste CBC e seus anexos.

2.3.1.1 Entende-se por consórcio binacional obrigatório aquele formado por empresa estabelecida no Brasil com empresa estabelecida no Paraguai, em regime de responsabilidade solidária, com o objetivo de participar e executar o objeto em licitação, não se configurando pessoa jurídica própria, uma vez que cada integrante mantém a sua própria personalidade.

----- omissis-----

2.3.1.4 O consórcio binacional que resulte vencedor deverá promover, antes da celebração do contrato, a constituição legal do consórcio, nos termos do compromisso oferecido na fase de habilitação.

Considerando que o consórcio binacional em tela deve ser formado por duas empresas, sendo uma estabelecida no Brasil e outra estabelecida no Paraguai não se figurando “pessoa jurídica própria”, haja vista existência de serviços de auditoria independente a serem executados isoladamente, tanto no Brasil quanto no Paraguai;

Considerando que pelo fato das referidas empresas executarem os serviços cada qual em seu território (brasileiro e paraguaio), não há como uma empresa responder juridicamente em outro território que não aquele em que estiver registrada;

Questiona-se:

É correto o entendimento de que para fins de cumprimento do item 2.3.1.4 deverá ser apresentado contrato de consórcio binacional firmado por ambas as partes onde será estipulado os serviços objeto deste contrato com seu respectivo percentual e o regime de

PREGUNTA 16

De la Conformación de los consorcios:

Considerando que el pliego en su ítem 2.3.1 determina que podrán participar de esta licitación exclusivamente empresas asociadas en forma de consorcio binacional, conforme lo especificado abajo:

2.3 CONDICIÓN DE PARTICIPACIÓN

2.3.1 Podrán participar de esta licitación, exclusivamente empresas asociadas en consorcio binacional, legalmente establecidas en el Brasil y en el Paraguay, cuyo ramo de negocio, definido en sus actos constitutivos, fuere pertinente al objeto de esta licitación y siempre que atiendan íntegramente todos los requisitos establecidos en este PBC y sus anexos.

2.3.1.1 Entiéndase por consorcio binacional obligatorio aquel formado por empresa establecida en el Brasil con empresa establecida en el Paraguay, en régimen de responsabilidad solidaria, con el fin de participar y ejecutar el objeto de la licitación, no configurándose en persona jurídica única, ya que cada integrante mantiene su propia personería.

----- omissis-----

2.3.1.4 El consorcio binacional que resulte vencedor deberá promover, antes de la celebración del contrato, la constitución legal del consorcio, en los términos del compromiso acordado en la fase de habilitación.

Considerando que el consorcio binacional debe ser formado por dos empresas, siendo una establecida en el Brasil y otra establecida en el Paraguay no existe figura de persona jurídica propia, teniendo en cuenta la existencia de servicios de auditoría independiente a ser ejecutados aisladamente, tanto en el Brasil como en el Paraguay;

Considerando que para el efecto las referidas empresas ejecutaran los servicios cada cual en su territorio (brasileño y paraguayo), no hay como una empresa pueda responder jurídicamente en otro territorio distinto de aquel en el que se encuentra registrada;

Se Pregunta:

Es correcto el entendimiento de que para fines del cumplimiento del ítem 2.3.1.4, deberá ser presentado un contrato de consorcio binacional firmado por ambas partes, donde será estipulado los servicios objeto de este contrato con su respectivo porcentual y el régimen de responsabilidad solidaria?

responsabilidade solidaria?”

RESPOSTA

Entendimento incorreto. O cumprimento da obrigação prevista no subitem 2.3.1.4 do Caderno de Bases e Condições (CBC) demanda que o contrato de constituição de consórcio conte com todo o conteúdo exigido no subitem 1.3.1 do Anexo II (Documentação para a Habilitação) do CBC, observados os parâmetros fixados nos subitens 2.3.1.1 a 2.3.1.3 do CBC.

II) Em conformidade com o disposto no subitem 1.4.2 do Caderno de Bases e Condições (CBC) da Concorrência Binacional EF 0171-18, a ITAIPU efetua alteração no subitem 3.3.4.15.3 das Especificações Técnicas, Anexo III:

DE:

3.3.4.15.3 Deverão ser adotados os procedimentos específicos determinados pela NBC T 11 - Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis, aprovadas pela Resolução nº 820, de 17 de dezembro de 1997 do CFC - Conselho Federal de Contabilidade e os Comunicados do IBRACON.

PARA:

3.3.4.15.3 Deverão ser adotados os procedimentos específicos determinados pela NBC TA 200 - Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis e NBC TA 700 - Dispõe sobre a formação da opinião e emissão do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e os Comunicados do IBRACON.

III) Permanecem inalteradas as demais condições contidas no Caderno de Bases e Condições da Concorrência Binacional EF 0171-18.

Elaboração: Divisão de Suporte Técnico
Data de emissão: 21.03.18

RESPUESTA

Entendimiento incorrecto. El cumplimiento de la obligación prevista en el subitem 2.3.1.4 del Pliego de Bases y Condiciones (PCB) solicita que el contrato de constitución del consorcio cuente con todo el contenido exigido en el subitem 1.3.1 del Anexo II (Documentación para Habilitación) del PCB, observando los parámetros fijados en los subitens 2.3.1.1 al 2.3.1.3 del PBC.

II) De conformidad a lo dispuesto en el sub-ítem 1.4.2 del Pliego de Bases y Condiciones (PBC) de la Licitación Pública Binacional EF 0171-18, la ITAIPU altera el subitem 3.3.4.15.3 de las Especificaciones Técnicas, Anexo III:

DE:

3.3.4.15.3 Deberán ser adoptados procedimientos específicos determinados por la NBC T 11 - Normas de Auditoría Independiente de los Estados Contables, aprobados por la Resolución nº 820, de 17 de diciembre de 1997 del CFC - Consejo Federal de Contabilidad y los Comunicados del IBRACON.

PARA:

3.3.4.15.3 Deberán ser adoptados los procedimientos específicos determinados por la NBC TA 200 - Normas de Auditoría Independiente de los Estados Contables y NBC TA 700 - Dispone sobre la formación de opinión y emisión del informe del auditor independiente sobre los estados contables emitidos por el CFC - Consejo Federal de Contabilidad y los Comunicados de IBRACON.

III) Permanecen inalteradas las demás condiciones contenidas en el Pliego de Bases y Condiciones de la Licitación Pública Binacional EF 0171-18.

Elaboración: División de Apoyo Técnico
Fecha de emisión: 21.03.18